

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF FABIO SANTANA SOBRINHO

O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DA ANGOLA (1974 – 1976):
o interesse das grandes potências à luz da Teoria Realista de Morgenthau.

Rio de Janeiro

2018

CF FABIO SANTANA SOBRINHO

O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DA ANGOLA (1974 – 1976):
o interesse das grandes potências à luz da Teoria Realista de Morgenthau.

Monografia apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CMG (RM1) HARTZ

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2018

AGRADECIMENTO

A Deus, por ter me dado a vida e iluminar o meu caminho.

À minha esposa Claudia e meus filhos Matheus e Daniel, razões da minha perseverança, pela cumplicidade eterna e irrestrito apoio durante a realização deste trabalho.

Aos meus pais, Josias e Angélica, pelo amor, cuidado e atenção a mim dispensada.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Eduardo Hartz de Oliveira, meu orientador, pelos precisos ensinamentos e orientações ao longo da pesquisa.

Aos instrutores e professores da Escola de Guerra Naval e do Instituto COPPEAD, pelo convívio durante este intenso ano de trabalho e aprendizado.

Aos meus amigos das turmas Almirante Bosísio e Almirante Ary Rongel, pelas orientações na preparação para o concurso e durante a realização do curso.

Aos colegas do CEMOS-2018, pela camaradagem e dedicação, pelos momentos vividos e pela forma amistosa que me receberam na turma.

À Escola de Guerra Naval e à Marinha do Brasil, pela oportunidade a mim oferecida no aprimoramento profissional e pessoal.

A todos, o meu sincero muito obrigado!

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar se as ações dos Estados Unidos da América (EUA) e da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), durante o processo de descolonização da Angola, estão em sintonia com a teoria realista. A relevância do tema fundamenta-se na oportunidade de compreender quais foram as motivações que levaram as duas potências a atuar no processo. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental com foco na análise das ações dos EUA e da ex-URSS no processo de descolonização da Angola, no período de 1974 a 1976. O trabalho teve como base a aplicação da teoria realista, segundo a qual os Estados buscam atender seus interesses definidos em termos de poder. Após a comparação da teoria com a realidade verificada, concluiu-se que as ações dos EUA e da ex-URSS estavam em concordância com a Teoria Realista de Morgenthau, pois os Estados atuaram com a intenção de aumentar, conservar ou demonstrar o seu poder na geopolítica africana e manter sua posição de liderança em relação aos outros Estados no sistema internacional, comprovando, portanto, o caráter realista de suas ações.

Palavras-chave: Angola. Estados Unidos da América. Extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Teoria Realista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Passagem Índico-Atlântico.....	54
Figura 2 –	Recursos minerais em Angola.....	55
Figura 3 –	Etnias em Angola.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cominform –	Communist Information Bureau
COMECON –	Conselho de Assistência Econômica Mútua
EUA –	Estados Unidos da América
ex-URSS –	Extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
FMM –	Forças Militares Mistas
FNLA –	Frente Nacional para a Libertação de Angola
GP –	Governos Provisórios
MFA –	Movimento das Forças Armadas
MPLA –	Movimento Popular para a Libertação de Angola
ONU –	Organização das Nações Unidas
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA –	Organização da Unidade Africana
PDA –	Partido Democrático de Angola
RPA –	República Popular de Angola
SI –	Sistema Internacional
UNITA –	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA –	União das Populações de Angola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A TEORIA REALISTA: O PODER	11
2.1	As Relações Internacionais.....	11
2.2	A Teoria Realista.....	12
3	ANTECEDENTES HISTÓRICOS E ELEMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO	15
3.1	A origem da competição entre os EUA e a ex-URSS.....	15
3.2	A inserção de Portugal no conflito de interesses entre as potências	17
3.3	Outros atores envolvidos.....	20
3.4	Conclusões parciais.....	22
4	A DISPUTA POR ANGOLA, OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO E OS CONFLITOS	24
4.1	A inserção de Angola no conflito de interesses entre as potências	24
4.2	A origem e descrição dos Movimentos de Libertação	26
4.3	A revolução portuguesa e os Governos Provisórios	29
4.4	A entrada definitiva dos EUA no confronto e a evolução dos conflitos	36
4.5	Conclusões parciais	47
5	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS	52
	ANEXO A	54
	ANEXO B	55
	ANEXO C	56

1 INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais entre os Estados ocorrem em um espaço denominado Sistema Internacional (SI), que por definição tem como característica básica a anarquia, ou seja, a ausência de leis que devam obrigatoriamente ser cumpridas por eles. Por essa característica, os caminhos da humanidade vão se alterando de acordo com as decisões das principais potências que detêm alguma parcela de poder dentro do sistema.

A primeira metade do século XX mostrou-se um bom exemplo das implicações da atuação dos Estados nesse sistema. Durante o início do século, quando parecia sensato acreditar que o mundo estava trilhando um caminho de harmonia e evolução, as decisões dos principais estadistas resultaram em duas grandes guerras, entre 1914 e 1945, iniciando-se após esse período um sistema bipolar que duraria até o colapso da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), em 1991.

Durante esse período, denominado Guerra Fria (1947 – 1989)¹, as duas grandes potências do SI: os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-URSS, no que diz respeito às Relações Internacionais, tiveram participação direta na geopolítica africana, e no nosso caso em particular, com o processo de descolonização da Angola.

O propósito deste trabalho é analisar ações dos EUA e da ex-URSS durante o processo de descolonização da Angola (1974 a 1976), fazendo uma comparação entre a teoria e a realidade verificada. Após a comparação e as respectivas conclusões responderemos a seguinte pergunta: Estariam os EUA e a ex-URSS realizando suas ações em concordância com a teoria realista?

A pesquisa nos dará a oportunidade de analisar um caso real, verificando as ações das duas potências no processo de descolonização da Angola, que culminou na guerra civil

¹ Guerra Fria: designação do período de intensa hostilidade sem guerra efetiva. A rivalidade bipolar entre os Estados Unidos da América e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas era tão intensa que se esperava um conflito armado. A Guerra Fria durou quatro décadas, de 1947 a 1989. Caracterizou-se como um conflito de ordem política, econômica, social e ideológica entre as duas potências (NYE JR., 2009).

travada por movimentos de libertação que buscavam assumir o poder após Portugal conceder a independência de Angola.

A relevância do tema fundamenta-se no aprendizado de compreender as motivações que levaram as potências do sistema internacional em atuar no processo de outros Estados e com isso obter conhecimentos importantes que poderão ser úteis para decisões futuras.

No início da pesquisa bibliográfica, relativa ao período de 1974 a 1976, percebemos que muitas decisões estavam diretamente correlacionadas com acontecimentos que ocorreram antes do período escolhido para pesquisa, portanto, para o entendimento da análise que será apresentada, decidimos apresentar a contextualização histórica da disputa por poder entre os EUA e a ex-URSS.

A contextualização histórica servirá como subsídio para a análise da atuação das potências no caso estudado, permitindo-nos avaliar se o processo de descolonização angolano pode ter sido apenas mais um capítulo da disputa por poder e influência geopolítica entre os principais atores do SI. Também serão citados atores secundários, que atuaram ou deixaram de atuar no processo, por influência das duas potências.

A metodologia empregada será o confronto entre a teoria utilizada como base para o trabalho e a realidade verificada no caso concreto, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental. Pretende-se com o estudo reconhecer elementos que confirmem a busca pelo poder, sua manutenção ou demonstração, tomando-se por base, que de acordo com a teoria, todo estadista buscará conservar, aumentar ou demonstrar seu poder, conforme os interesses particulares de seu Estado.

Apresentaremos este trabalho dividido em cinco capítulos. Neste primeiro, apresentamos a estrutura e propósito desta pesquisa.

No segundo capítulo, apresentaremos a teoria que serviu como base para o estudo.

No terceiro capítulo, descreveremos alguns antecedentes históricos, fatos importantes para contextualização e uma conclusão parcial.

No quarto capítulo, abordaremos a razão da disputa por Angola, os principais movimentos de libertação envolvidos no conflito, os motivos que fizeram os EUA alterar a sua estratégia para Angola, fatos ocorridos dentro do conflito e uma conclusão parcial.

No quinto capítulo, concluiremos a pesquisa fazendo uma análise entre a teoria apresentada e os fatos descritos nas conclusões parciais.

Assim, iniciaremos a pesquisa com a apresentação de alguns conceitos de Relações Internacionais e os conceitos utilizados durante a comparação, retirados da teoria realista segundo Morgenthau.

2 A TEORIA REALISTA: O PODER

Este capítulo tem o propósito de apresentar definições utilizadas no estudo das Relações Internacionais, no intuito de buscar a motivação da atuação dos Estados no SI e também direcionar o leitor para a fundamentação teórica utilizada neste trabalho. O conhecimento da teoria será fundamental para o entendimento da comparação entre a teoria e a realidade, que será realizada durante o trabalho e na conclusão.

Apresentaremos o capítulo dividido em duas seções, a primeira fará a exposição de conceitos utilizados nas Relações Internacionais e a segunda apresentará a Teoria Realista de Morgenthau.

Após este capítulo abordaremos os antecedentes históricos e outros elementos para a contextualização do leitor com a origem da disputa por poder entre os EUA e a ex-URSS.

Iniciaremos, então, apresentando alguns conceitos sobre as Relações Internacionais.

2.1 As Relações Internacionais

A Teoria das Relações Internacionais estuda, interpreta e projeta tanto a forma de pensar como a de agir dos atores na esfera internacional (CASTRO, 2012).

O espaço no qual ocorrem as interações sociais entre os Estados é conhecido como sistema internacional. De acordo com Pecequillo (2012), o SI tem como características ser global e fechado, heterogêneo e por existir um Equilíbrio de Poder que se estabelece entre os Estados e define uma determinada hierarquia.

Em relação ao cenário internacional, Pecequillo (2012) faz as seguintes afirmações: os Estados não tem o dever de obedecer a nenhuma autoridade acima da sua, o princípio central das relações e característica básica deste sistema é a anarquia; o Equilíbrio

de Poder é um dos pilares da teoria realista clássica das Relações Internacionais do século XX; a manutenção da soberania e da segurança de cada unidade política individual é sua prioridade máxima; e a medida que o poder é um elemento essencial da política, sua posse delimita a capacidade do Estado em atuar no sistema e sua medida de vulnerabilidade.

A seguir apresentaremos os conceitos da teoria realista que serão utilizados na comparação com a realidade verificada no caso concreto.

2.2 A Teoria Realista

A teoria realista descrita por Morgenthau (2003) na sua obra “A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz” será utilizada para a fundamentação teórica do presente trabalho. Segundo Neacsu (2010), Morgenthau pertence à velha tradição humanista liberal europeia, ele acredita que o nazismo e o comunismo confirmaram que a política é o domínio do mal, onde a vontade de poder ilimitada própria do homem se manifesta da forma mais extrema, violenta e brutal. Para conter essa fúria, a única forma encontrada pelos estadistas é seguir uma ética realista de defesa racional dos interesses nacionais.

A utilização da palavra “poder” para expressar o objeto de cobiça entre os Estados foi utilizada e defendida por inúmeros pensadores durante a história, como exemplos podemos citar Tucídides (460-400 AC), Maquiavel (1515) e Hobbes (1651), que definiram a essência do modo realista de pensar as relações entre os Estados e povos desde a antiguidade grega. Tucídides (460-400AC), descrevendo a Guerra do Peloponeso, entre Atenas e Esparta, concluiu que, tanto na guerra como na política, o poder é mais importante do que as considerações éticas. Maquiavel (1515) na sua obra *O Príncipe*, descreve um manual político de conduta para todos os líderes que pretendam manter-se no poder, em que a única ética consiste em preservá-lo e todos os meios são válidos (ESTEVEES, 2016).

Toda a teoria retirada da obra de Morgenthau (2003) utilizada neste capítulo tem a

intenção de contextualizar o leitor para a relação direta entre a teoria realista, o poder, o modo de agir dos estadistas dentro do SI e a imperfeição da natureza humana, que estará interiorizada nas ações dos estadistas que representam os atores dentro do SI.

Dessa forma, o conceito de interesse definido em termo de poder introduz uma ordem racional no campo da política, a despeito das distintas motivações e preferências e das qualidades morais dos estadistas que se sucederam. Tal teoria evitará, portanto, duas falácias populares: a preocupação com motivos e a preocupação com preferências ideológicas, pois o conceito de interesse definido em termo de poder é a principal sinalização que ajuda o realismo político a situar-se em meio à paisagem da política internacional, em que toda atividade pode ser reduzida a um dentre três padrões básicos: conservação, aumento ou demonstração de poder (MORGENTHAU, 2003).

Portanto, a atuação dos Estados dentro do sistema internacional e a relação direta entre sua atuação e seus objetivos diretos ou indiretos, serão sempre relacionados à conservação, aumento ou demonstração de poder. Para Morgenthau (2003):

A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. [...] Contudo, sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder (MORGENTHAU, 2003, p. 49).

Além disso, o tipo de interesse que determinará a ação do estadista em um determinado período da história dependerá do contexto político e cultural dentro do qual foi formulada a política externa. A condução da política externa perseguida pelo estadista cobre toda a gama de objetivos que qualquer um jamais imaginou ou poderia imaginar (MORGENTHAU, 2003).

A definição da política externa do Estado para cada tema específico será definida de acordo com sua intenção em termo de poder. Para isso, serão definidos três tipos de política externa.

Se um estadista elaborar uma política externa para conservar o poder já adquirido e não modificar a distribuição do mesmo, se diz que foi adotada a política do *status quo*. Se um estadista elaborar uma política externa para aumentar o seu poder, mediante uma mudança nas relações de poder existente, buscando uma alteração favorável ao seu Estado, se diz que foi adotada a política de imperialismo. Se um estadista tem a intenção de demonstrar o poder que tem, se diz que foi adotada a política de prestígio (MORGENTHAU, 2003).

Diante disso, definimos que a teoria realista expõe a natureza humana do estadista, que por tal característica é induzido a elaborar suas políticas de acordo com os interesses do seu Estado, porém, o objetivo a ser alcançado estará traçado em termos de poder. E não abrindo mão do poder ou na sua busca constante, decidirá o futuro de outros envolvidos levando em conta apenas os interesses do seu Estado.

No próximo capítulo, apresentaremos os antecedentes históricos e a contextualização da origem da disputa e motivação da atuação dos EUA da ex-URSS no continente africano.

3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E ELEMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO

No capítulo anterior apresentamos que as atitudes dos Estados no SI irão refletir os seus interesses em termos de poder no sistema. Neste capítulo apresentaremos alguns antecedentes do processo de descolonização da Angola. Apresentaremos o capítulo em quatro seções: a origem da competição entre os EUA e a ex-URSS; como Portugal se inseriu na pauta do interesse das potências; outros atores que se envolveram no processo, principalmente a Organização das Nações Unidas (ONU); e fechando o capítulo, apresentaremos uma conclusão parcial sobre os assuntos abordados.

Os antecedentes que serão apresentados criaram o “pano de fundo” da competição entre os EUA e a ex-URSS na disputa pelo poder no SI. A análise da guerra entre os movimentos armados em Angola, sem a construção dessas motivações, dificultaria o entendimento da comparação entre a pesquisa e a teoria utilizada como base para o estudo.

A seguir, apresentaremos a origem da competição entre os EUA e a ex-URSS.

3.1 A origem da competição entre os EUA e a ex-URSS

Segundo Esteves (2016), a competição entre os EUA e a ex-URSS pela conquista de zonas de poder global e implementação de seu sistema desencadeou o declínio da hegemonia política dos Estados europeus, que predominou entre o fim do século XIX e o início do século XX. A economia europeia demandava mercados fornecedores de matérias-primas de baixo custo, despertando a competição entre as potências pela conquista de zonas de influência na Ásia, África e América do Sul (OLIVEIRA, 1979; MARTINS, 1986).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e consequente enfraquecimento do continente europeu, o mundo foi partilhado entre as duas potências vencedoras, os EUA e a ex-URSS. Cada uma delas implementou medidas para agrupar junto aos seus interesses o

maior número possível de Estados apoiadores. Os EUA, capitalista, criou a Doutrina Truman², o Plano Marshall³ e formou a Organização do Tratado do Atlântico Norte⁴ (OTAN). A ex-URSS, socialista, criou o Communist Information Bureau⁵ (Cominform), o Conselho de Assistência Econômica Mútua⁶ (COMECON) e formou o Pacto de Varsóvia⁷ (ESTEVES, 2016). Todos esses acontecimentos formavam o contexto do longo período de tensões entre as duas potências rivais durante a Guerra Fria.

Esteves (2016) resume este período dizendo que o interesse dos EUA e da ex-URSS no continente africano está inserido no contexto pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), marcado pelo declínio das potências europeias, e da Guerra Fria, inaugurando uma nova ordem no SI, pautada pela rivalidade entre o bloco capitalista, liderado pelos EUA, e o bloco socialista, liderado pela ex-URSS.

Pelo exposto, após o término das duas Guerras Mundiais, os EUA e a ex-URSS se apresentaram ao SI como Estados em condições de assumir o espaço anteriormente ocupado pelos europeus, sendo percebidos pelos demais Estados como as duas únicas potências hegemônicas no sistema internacional e capazes de influenciar as decisões em nível global. Dessa forma, as duas potências criaram planos e medidas para atrair o maior número possível de Estados para sua esfera de controle.

O período de tensões e disputa por poder que caracterizou o período da Guerra

² Doutrina que recebeu o nome do presidente estadunidense Harry S. Truman na sequência da sua declaração, em 1947, em que afirmou que os EUA auxiliariam todos os povos livres a lutar contra “movimentos agressivos que buscam impor-lhes regimes totalitários”. A doutrina visava travar a expansão da influência soviética no mundo por meio do apoio econômico a governos pró-ocidentais (Truman, 1947).

³ O Plano Marshall (1947) foi criado pelos EUA com a intenção de apoiar a reconstrução econômica dos Estados da sua área de influência (Europa Ocidental) após a Segunda Guerra Mundial, visando assegurar um mercado consumidor para a sua produção e, simultaneamente, conter o avanço do comunismo (BLAINEY, 2011).

⁴ A OTAN foi fundada em 1949 como uma aliança militar com objetivos alegadamente defensivos, composta pelos Estados membros do bloco ocidental (BELL, 2001).

⁵ Fundado na Polônia em 1947 com o objetivo de agregar os partidos comunistas europeus em resposta à Doutrina Truman. Foi um plano de cooperação política com os Estados do bloco oriental. O objetivo era travar a expansão do bloco ocidental (BELL, 2001).

⁶ O Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON), fundado em 1949, foi a versão soviética do Plano Marshall estadunidense e visava a reconstrução econômica do bloco do Leste (BELL, 2001).

⁷ Fundado em 1955, foi uma aliança militar composta pelos Estados do bloco do Leste (BELL, 2001).

Fria pode ser verificado nas diversas ações em que as duas potências rivais se envolveram. Em virtude da preocupação com as relações diplomáticas e com a imagem do Estado em relação aos demais Estados do SI, muitas vezes a atuação das potências não se deu de forma direta, mas sim, apoiando e aparelhando Estados terceiros que atuavam diretamente na área de interesse, nesse caso, diz-se que foi utilizado o recurso de “ator por procuração”.

A seguir apresentaremos o papel de Portugal no contexto da disputa por poder entre os EUA e a ex-URSS no contexto da descolonização de Angola.

3.2 A inserção de Portugal no conflito de interesses entre as potências

A colonização africana por Portugal se iniciou no século XIX (1822), durou até o século XX (1974), e pode ser interpretada como resultado da expansão do capitalismo. Assim como o processo de descolonização também pode ser entendido como consequência da continuidade da expansão do capitalismo, já que os EUA e ex-URSS disputaram zonas de influência geopolítica à escala global durante a Guerra Fria e procuraram recolonizar os Estados periféricos descolonizados por Portugal (ESTEVES, 2016).

De acordo com Fonseca (1983), tomando-se por base os fatores estruturais, a revolução portuguesa⁸ vigente durante as decisões do processo de descolonização africano teria origem num acordo estabelecido entre os EUA e a ex-URSS, em 1941. Os governos de Roosevelt e Stalin⁹ teriam feito um acordo em partilhar o continente africano, porém, a relutância de Portugal em descolonizar suas colônias africanas representava um entrave à agenda expansionista das potências.

Segundo Vasco dos Santos Gonçalves¹⁰ (1921 – 2005), os EUA e a ex-URSS acordaram que as colônias portuguesas na África Austral pertenceriam a zona de influência

⁸ A revolução portuguesa será apresentada durante o trabalho.

⁹ Presidentes dos EUA e da ex-URSS no período em questão.

¹⁰ Vasco Gonçalves foi o Primeiro-Ministro de Portugal entre 18 de Junho de 1974 e 12 de Setembro de 1975, teve papel importante na Revolução Portuguesa e nas decisões sobre a descolonização angolana. Disponível em: <http://resistir.info/portugal/entrev_vg.html/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

soviética e que Portugal permaneceria na área de influência estadunidense, então, em 25 de Novembro de 1975, forças ligadas ao setor liberal, apoiadas pelos EUA, destronaram o Governo das forças de esquerda (ANTUNES, 1981) e resgataram Portugal para a área de influência ocidental, concedendo apoios econômicos e a integração no bloco regional europeu da Comunidade Econômica Europeia, em 1986 (ESTEVEVES, 2016).

Assim, verificamos que o conflito de interesses entre os EUA e a ex-URSS nem sempre colocavam os dois Estados em posições antagônicas, no caso português, os estadunidenses e soviéticos inicialmente entraram em acordo para atuar em conjunto no sistema internacional, buscando um equilíbrio de poder.

Enquanto os EUA e a ex-URSS acordavam em dividir entre si as áreas geopolíticas de maior interesse, Portugal, como um Estado semiperiférico¹¹ e poder relativo reduzido em relação aos recursos superiores das duas potências, não seria capaz de impedir que as mesmas reclamasse matérias-primas e mercados consumidores com a descolonização de Estados periféricos africanos, a fim de expandir seus processos de acumulação de riqueza (ESTEVEVES, 2016).

Após 1970, a ex-URSS inaugurou uma fase mais ofensiva em relação à sua política externa, atribuindo como meta três medidas fundamentais: novos programas de armamento estratégico; intensificação de envolvimento no Vietnã; e a adoção de uma nova estratégia para a África (SÁ, 2011).

A posição anticolonialista da ex-URSS, como afirma Silva (1995), foi motivada por razões ideológicas e político-econômicas, no plano ideológico, propunha o socialismo em alternativa ao capitalismo, apontado como o causador do subdesenvolvimento e dependência dos povos sob o jugo das potências coloniais europeias. Como estratégia de penetração na África, a ex-URSS procurou introduzir-se no continente, aliando-se aos movimentos

¹¹ Segundo a designação de Immanuel Maurice Wallerstein (1974), sociólogo estadunidense e criador da teoria do sistema-mundo (SANTOS, 1993).

nacionalistas. O fim político seria aniquilar a expansão do imperialismo ocidental e expandir o socialismo (MARTINS, 1986).

Analisando os interesses soviéticos, como entende Penha (2011), o apoio a movimentos na Angola representava a primeira vez, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que era feito um movimento militar daquela magnitude para impor o regime socialista. Para os soviéticos, a aliança com Angola poderia ter vários propósitos, entre eles: isolar a África do Sul, evitando o domínio da posição geoestratégica do cone sul-africano e a passagem Índico-Atlântico (FIG. 1, ANEXO A); e interferir nos conflitos do Oriente Médio para confinar os Estados árabes pró-ocidente.

Por tais razões, verificamos que a ex-URSS atuou diretamente na descolonização de Angola por várias razões, e não por uma razão única ou isolada, dando continuidade à sua agenda geopolítica.

Na visão americana, segundo Martins (1986), a ideologia anticolonialista tinha como propósito expandir o sistema capitalista ocidental para áreas antes reservadas aos europeus e também travar o avanço do socialismo. A nível econômico, tinham interesse no mercado para os seus produtos e também conseguir as matérias-primas necessárias, o que implicava tirar de cena os colonizadores, que impediam o livre acesso aos mercados e colocavam obstáculos na expansão das economias.

Os EUA mantiveram uma postura passiva em relação ao avanço soviético na Angola porque o continente africano não era uma prioridade de política externa estadunidense. Nesse período, os EUA estavam voltados para suas crises internas: rescaldo da derrota militar no Vietnã, “indiretamente” imposta pela ex-URSS, o “caso *Watergate*¹²”, os

¹² O caso *Watergate* foi um escândalo político ocorrido nos EUA em 1972, onde cinco pessoas foram detidas quando tentavam fotografar documentos e instalar aparelhos de escuta no escritório do Partido Democrata, dentro do Complexo Watergate, na Capital dos EUA. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/escandalo-watergate.htm/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

atritos internos na administração de Gerald Rudolph Ford Jr.¹³(1913 – 2006) e as discordâncias com o Congresso. Devido a esses fatos, a intervenção estadunidense na Angola foi tardia e tinha a intenção de demonstrar força político-militar, mais do que o objetivo de conquistar Angola para sua esfera de influência. A crise do Vietnã mexeu com toda a estrutura moral da população estadunidense e quebrou o consenso interno sobre a superioridade moral da América, dividindo profundamente a sociedade, este fenômeno ficou conhecido como “efeito Vietnã invertido” (SÁ,2011).

Posto isso, verificamos que o governo estadunidense foi “omisso” em relação à atuação soviética porque estava com seu foco nos problemas internos e acreditava que a situação africana estava estabilizada, dessa forma, foram surpreendidos com a forte investida soviética em Portugal e conseqüentemente em Angola. Quando resolveram atuar no processo, os soviéticos já estavam bem adiantados na condução da sua influência no processo de descolonização e na geopolítica africana.

A seguir, apresentaremos outros atores envolvidos no processo de descolonização e durante a guerra civil angolana.

3.3 Outros atores envolvidos

Conforme o pensamento de Esteves (2016), atores como a ONU, Organização da Unidade Africana (OUA), atores regionais africanos (principalmente África do Sul e ex-Zaire¹⁴), atores locais angolanos, China, Cuba e outros, posicionaram-se no xadrez geopolítico do mundo bipolar aliando-se a um dos dois blocos. Tais atores, exceto a ONU, não serão abordados no trabalho por não ser o foco da pesquisa e também, proporcionalmente, por não terem o peso das duas potências durante todo o processo.

¹³ Gerald Ford era o presidente dos EUA no período em questão.

¹⁴ A atual República Democrática do Congo, entre 27 de Outubro de 1971 e 17 de maio de 1997, se denominou Zaire, em virtude da tomada de poder por parte do tenente-general Mobutu Sese Seko. Disponível em:< <https://www.wdl.org/pt/item/11900/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

A atuação da ONU poderia ter sido relevante no processo de descolonização de Angola, porém, a mesma estava limitada a representar os interesses das potências, em virtude dos EUA e da ex-URSS terem grande influência em suas decisões e não terem permitido que este Órgão atuasse da maneira adequada, de acordo com suas regulamentações e razão de sua criação.

A ONU surgiu no período pós-guerra da nova ordem internacional bipolar, como uma organização de cunho liberal representativa dos interesses dos Estados membros (ONU, 1945). Segundo a visão realista, as potências utilizaram a organização como instrumento de política externa para maximizar o seu poder no sistema, impedindo que a mesma atuasse de maneira independente (ESTEVES, 2016).

Por conseguinte, verificamos que a ONU poderia ter um papel fundamental no processo de descolonização da Angola, porém, em virtude dos dois Estados interessados no processo ter grande influência naquela organização, a ONU passou a não ter nenhum tipo de influência para resolver os pontos conflitantes, pois os EUA e a ex-URSS atuavam de forma a vetar qualquer resolução que contrariasse os seus interesses.

Como afirma Esteves (2016), a ONU pressionou o governo português para a descolonização angolana, não para garantir a autodeterminação¹⁵ do povo, mas sim para atender os interesses dos EUA e da ex-URSS, herdeiros do espólio das potências europeias, e que tinham posição privilegiada no seio da Organização, pois os mesmos eram membros permanentes do Conselho de Segurança, com poder de veto e capazes de impedir a ação do Conselho.

Desse modo, verificamos que o povo angolano não poderia ser representado pela ONU em virtude dos principais atores do sistema internacional e reais interessados na descolonização de Angola terem total influência nas decisões daquela Organização.

¹⁵ Direito que possui um povo/nação para se organizar estabelecendo suas normas de convivência e organização política, social, econômica e cultural de modo autônomo, sem a interferência de qualquer outro ente de poder. Pode se comparar à soberania (ONU, 1960).

A intervenção da ONU, portanto, foi desconsiderada pelos movimentos de libertação na Angola, desta forma, a criação das Forças Militares Mistas (FMM)¹⁶, prevista no Acordo de Alvor¹⁷, não se concretizou, porque o contingente militar de cada movimento defendeu a sua própria ideologia, inviabilizando uma ação conjunta (MARQUES, 2013).

3.4 Conclusões parciais

Verificamos neste capítulo que após o término das duas Guerras Mundiais, os EUA e ex-URSS surgiram como as potências hegemônicas do SI, ocupando o espaço anteriormente ocupado pelos Estados europeus, buscando atrair o maior número possível de Estados para sua esfera de controle e acompanhando os eventos ocorridos dentro do sistema internacional. O controle e acompanhamento dos acontecimentos, pautado na rivalidade entre o bloco capitalista e o bloco socialista, teve por motivação impedir o avanço da potência adversária.

No acordo entre os EUA e a ex-URSS na retomada de Portugal para a área de influência estadunidense, as duas potências estavam buscando um equilíbrio de poder e um balanço na geopolítica regional. Nesse caso, as duas potências não estavam buscando o aumento de poder, e sim, a sua manutenção, pois a intenção era manter a condição de poder atual existente.

A ex-URSS percebeu a baixa prioridade estadunidense para os aspectos geopolíticos da África e decidiu atuar de forma significativa na geopolítica da região. A agenda geopolítica soviética planejava o aumento de poder, conquistando uma posição privilegiada no continente e, principalmente, mostrar para o SI que estavam preparados para atuar longe de suas fronteiras, protegendo os interesses do bloco socialista.

¹⁶ Seria formada por contingentes militares dos três movimentos que representavam a população de Angola no processo de descolonização, que substituiriam o exército português em Angola após a independência (MARQUES, 2013).

¹⁷ O Acordo de Alvor balizava o processo de descolonização de Angola e será abordado no item 4.3 deste trabalho.

Os EUA inicialmente estavam voltados para os seus problemas internos e acreditavam que a situação africana estava estabilizada, assim, foram surpreendidos com a forte investida soviética em Portugal e no continente africano. Quando as consequências desta “omissão” foram percebidas, os soviéticos já estavam bem adiantados em suas ações de interferência no processo angolano. No momento em que os estadunidenses buscavam manter o equilíbrio de poder, os soviéticos alteraram sua estratégia para a África e passaram a buscar o aumento de poder na região.

A ONU não foi capaz de exercer papel preponderante na condução da descolonização angolana. Essa incapacidade de atuação seria previsível, pois os dois principais Estados interessados no processo tinham interesses antagônicos e direitos iguais de decisão, fazendo com que a disputa por seus interesses particulares estivesse acima dos interesses da Organização.

No próximo capítulo, apresentaremos como a Angola se insere no contexto da pesquisa, os movimentos de libertação que participaram do processo de descolonização e os conflitos ocorridos durante a guerra civil angolana.

4 A DISPUTA POR ANGOLA, OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO E OS CONFLITOS.

O capítulo anterior apresentou antecedentes históricos para permitir a ambientação do leitor com a origem da disputa entre os EUA e a ex-URSS. Neste capítulo apresentaremos a disputa por Angola, que teve seu processo de descolonização conduzido por Portugal. A abordagem foi dividida em cinco seções: os movimentos de libertação; os acontecimentos durante a revolução em Portugal e suas conexões com a descolonização angolana; os motivos que levaram os EUA a alterar sua estratégia para a Angola; os eventos ocorridos durante o conflito da guerra civil; e fechando o capítulo, apresentaremos uma conclusão parcial sobre os assuntos abordados.

É importante destacar que durante o conflito propriamente dito, no período de 1974 a 1976, ocorreram muitos eventos que não foram citados neste trabalho em virtude de fugir do propósito da análise, e também não foram citados todos os eventos onde este propósito se apresentou, com o intuito de reservar algum espaço para apresentar o contexto das motivações anteriores ao conflito e fazer a ligação entre eles, demonstrando que os eventos ocorridos antes e durante a guerra civil foram consequências da mesma disputa por poder entre os EUA e a ex-URSS, e que a guerra civil ocorreu por consequência direta dessa mesma disputa.

Na próxima seção apresentaremos alguns motivos para Angola ter despertado o interesse das potências e o comportamento de Portugal em relação ao processo de descolonização.

4.1 A inserção de Angola no conflito de interesses entre as potências

Angola se tornaria, após o término de sua guerra civil, candidata ao lugar de Estado mais desenvolvido da África Negra, ao lado do Zimbábwe, com o diferencial de

possuir grande quantidade de recursos minerais (FIG. 2, ANEXO B) (CASTRO, 1990). Este fato provavelmente corroborou para o interesse das grandes potências em intervir no processo de descolonização daquele Estado.

Como afirma Esteves (2016), Angola despertava o interesse dos EUA e da ex-URSS em virtude de ocupar uma posição geográfica central e por ser um Estado periférico rico em recursos que interessavam às duas potências nos seus processos de acumulação de riquezas. No cenário internacional, Portugal se encontrava em uma posição frágil, pois era um Estado semiperiférico sendo pressionado por duas grandes potências em competição, e foi forçado a abdicar de suas colônias na África em virtude do quadro da expansão do capitalismo global.

Diante disso, verificamos que Angola oferecia ganhos geopolíticos consideráveis, em virtude de sua localização central e também pelos seus recursos naturais.

O processo de descolonização angolano não seria fácil para Portugal em virtude do elevado grau de complexidade existente. Internamente, Angola era palco de um conflito que colocaria em oposição três movimentos de libertação, externamente, os EUA e a ex-URSS atuavam em direções opostas, diretamente ou indiretamente (por meio de atores por procuração), com interesses geopolíticos específicos relacionados com a conquista de áreas de influência global, dificultando sobremaneira o processo de transferência de soberania já por si complexo (ESTEVES, 2016).

Dessa forma, em relação ao modelo de descolonização angolano, escolhido e implementado por Portugal, verificamos que os EUA e a ex-URSS tiveram papel preponderante nesse processo decisório e exerceram seu poder de influência no SI, no intuito de dar continuidade as suas agendas geopolíticas e disputa por poder.

Na próxima seção, apresentaremos a origem dos movimentos de libertação e abordaremos alguns detalhes sobre os mesmos.

4.2 A origem e descrição dos movimentos de libertação

Antes do início do processo de descolonização da Angola, alguns movimentos nacionais de libertação já tinham sido criados com o intuito de libertar Angola de seu colonizador. No início do processo, três movimentos receberam a função de fazer a transição para um novo governo, estes movimentos foram: a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

O primeiro movimento foi a FNLA, que teve origem no movimento União das Populações de Angola (UPA), fundada no Congo por Holden Roberto (1923 – 2007), com o propósito de alcançar não apenas a independência de Angola, mas sim de restaurar o antigo reino do Kongo (MOORCRAFT, 1990). A UPA fundiu-se com o Partido Democrático de Angola (PDA), em março de 1962, passando a denominar-se Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), nome que manteve até a guerra civil em 1975 (HENDERSON, 1979).

O segundo foi o MPLA, liderado por Agostinho Neto¹⁸ (1922 – 1979) e fundado em 1956, tendo sua base de formação mais intelectual do que militar. Sua elite era composta principalmente de mestiços e alguns brancos ligados ao banido partido comunista de Angola, que possuía conexão com os portugueses comunistas (MOORCRAFT, 1990).

O terceiro movimento foi a UNITA, liderado por Jonas Malheiro Savimbi (1934 – 2002) e fundado em 1964, a partir de uma cisão do FNLA. Esse movimento tinha como principal aspecto de força o apoio do principal grupo étnico de Angola (Ovimbundu), representando cerca de dois milhões de pessoas (MOORCRAFT, 1990).

Pelas características de formação e origem dos movimentos, verificamos que a origem da FNLA e da UNITA favoreceu a aproximação dos EUA, já a origem do MPLA favoreceu o alinhamento com a ex-URSS, colocando os movimentos em lados opostos em

¹⁸ Agostinho Neto se tornaria, em 1975, o primeiro presidente da Angola (MARQUES, 2013).

virtude do posicionamento das potências em relação ao SI.

Segundo Esteves (2016), no Acordo de Alvor, no Capítulo I, Artigo 1º, o Governo português reconheceu os três movimentos de libertação angolanos (FNLA, MPLA e UNITA) como os únicos e legítimos representantes do povo, apesar de carecerem de representatividade político-militar e popular. Após o 25 de Abril, surgiram em Angola vários agrupamentos políticos¹⁹, além dos três movimentos já citados, que reivindicavam a representatividade do povo angolano, mas foram todos descartados pelos três movimentos, por Portugal e pela ONU, que não lhes reconheceu, nem em representatividade, nem em legitimidade. Estes agrupamentos políticos foram afastados por não representarem os interesses dos atores com mais recursos no sistema, dentro do contexto da Guerra Fria.

Assim, verificamos que em nenhum momento os anseios da população angolana foram colocados em questão, esta afirmativa fica clara quando os pequenos movimentos que surgiram que teriam a representatividade da população, foram simplesmente descartados do processo de transição.

O cenário da Guerra Fria envolvendo os EUA e a ex-URSS refletiu-se no apoio aos movimentos: o MPLA foi apoiado técnica e militarmente pelo bloco socialista e a FNLA e UNITA apoiados pelo bloco ocidental. Ambos os líderes dos blocos hegemônicos alimentaram a luta entre os movimentos, que intensificava a disputa geopolítica por áreas de influência e intervieram em Angola por via de outros Estados (atores por procuração), com destaque para a intervenção da África do Sul, aliada dos EUA, e Cuba, aliada da ex-URSS. A intervenção dos atores por procuração, apoiados pelas potências, marcou a internacionalização do conflito angolano (ESTEVES, 2016).

Portugal, de acordo com Marques (2013), favorecia diretamente o MPLA e atuava como ator por procuração da ex-URSS, que instalaria o MPLA no futuro governo de Angola.

¹⁹ Surgiram mais de 30 representações políticas, que foram afastadas da disputa pela conquista do poder do Estado. O MPLA envidou esforços para aniquilar os partidos políticos que emergiram após o 25 de Abril (ESTEVES, 2016).

Tal favorecimento foi facilitado pelos EUA, que não cederam apoio ao MPLA quando solicitado pelas autoridades portuguesas, facilitando a ação da ex-URSS em Angola.

Isso posto, verificamos que o apoio aos movimentos não foi fruto prioritariamente de ideologia ou preocupação com a autodeterminação do povo angolano. Os EUA e a ex-URSS atuaram de forma a prestar apoio, direto ou por meio de atores por procuração, aos movimentos que fossem propiciar vantagens geopolíticas e obtenção do controle na região.

A intenção do Acordo de Alvor seria instituir um Governo de Transição em Angola, formado pelos três movimentos de libertação e por um grupo de transição português, instituir o exército único, composto pelas FMM, e convocar eleições gerais antes da independência, porém, o acordo não teve o efeito desejado e seu fracasso foi determinante para a continuidade do conflito entre os três movimentos, que prosseguiu até 11 de Novembro de 1975, data da independência de Angola, e também no período posterior, marcado pela guerra civil²⁰, que só teria fim em 2002 (MARQUES, 2013).

Por isso, verificamos que os movimentos de libertação lutaram entre si no intuito de conquistar o poder e o controle em Angola, tendo como “pano de fundo” o apoio do bloco capitalista e bloco comunista, liderados pelos EUA e ex-URSS, atuando diretamente no processo e, principalmente, pela utilização de atores por procuração.

Na próxima seção apresentaremos o contexto da revolução portuguesa e os Governos Provisórios que existiram na revolução.

4.3 A revolução portuguesa e os Governos Provisórios

Para a continuação da análise do processo de descolonização em Angola será

²⁰ A guerra civil começou efetivamente antes da declaração da independência (MARQUES, 2013).

importante apresentar alguns eventos ocorridos na revolução portuguesa²¹. Essa revolução foi liderada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), nomeou o General Antônio de Spínola (1910 – 1996) como Presidente da República, em 15 de maio de 1974, e duraria até 25 de abril de 1976. A revolução foi marcada por manifestações e seis Governos Provisórios²² (GP). Os EUA e a ex-URSS atuaram diretamente pressionando os GP na tentativa de influenciar as decisões do processo de descolonização das colônias africanas, entre elas, a Angola.

Esse movimento em Portugal iniciou-se na madrugada de 24 para 25 de Abril de 1974, onde o MFA em menos de 48 horas depôs a ditadura portuguesa que já durava quase meio século. Poucos dias depois, o golpe já se transformava numa revolução (SÁ, 2011).

Documentos da ex-URSS revelam, segundo Sá (2011), que em maio de 1974, o governo soviético concluiu que o império colonial português estava com os dias contados, então, Nikolai Victorovich Podgorny (1903 – 1983), líder soviético, optou pela adoção da política de fortalecer o MPLA, com o intuito deste movimento ser o dominante num futuro governo de coligação pós-colonial.

Os EUA em primeiro momento se mostraram indiferentes à revolução portuguesa, permitindo que a ex-URSS tivesse a liberdade de interferência e condução do processo de acordo com seus interesses. A principal razão da indiferença estadunidense foi o fato da revolução os ter “pego de surpresa”, e dessa forma, sem planos definidos para tal contingência. Foi a partir desse momento que os EUA iniciaram a elaboração de planos estratégicos para o caso angolano e também para todo o continente africano (SÁ, 2011).

Em razão disso, verificamos que a existência de acordos anteriores entre os EUA e a ex-URSS, de forma a manter o equilíbrio de poder na região, levaram os EUA a cometer o

²¹ Também conhecida como Revolução dos Cravos, depôs o regime ditatorial vigente e terminou com a implantação de um regime democrático, com a entrada em vigor da nova constituição em 25 de abril de 1976, marcada por forte orientação socialista (BARRETO, 2000).

²² I GP (16-05-1974 a 18-07-1974); II GP (18-07-1974 a 30-09-1974); III GP (30-09-1974 a 26-03-1975); IV GP (26-03-1975 a 08-08-1975); V GP (08-08-1975 a 19-09-1975) e VI GP (19-09-1975 a 23-07-1976) (ESTEVEZ, 2006).

“erro estratégico” de não ter planos de contingência definidos para uma eventual quebra desses acordos, por consequência, os EUA foram surpreendidos com a expansão da ação soviética na África, que atuava diretamente em Portugal no intuito de obter vantagens geopolíticas em Angola e toda região.

A partir do segundo GP em Portugal, tomado pelas forças da esquerda radical, a política externa de Portugal para Angola foi determinada pela obediência à ideologia marxista-leninista da ex-URSS (Oliveira, 1982; Santos, 2002). Podemos afirmar que a política externa portuguesa a partir do segundo GP foi totalmente influenciada por fatores estruturais de natureza ideológica, que traduziam o poder da ex-URSS no sistema e determinavam o modelo de descolonização implementado em Angola (ESTEVES, 2016).

Em Outubro de 1974, conforme o pensamento de Sá (2011), a ex-URSS iniciou uma nova fase estratégica em relação a Angola, com a adoção de três medidas: a escolha definitiva em apoiar Agostinho Neto, o aumento do apoio material à MPLA, e a promoção de uma aliança MPLA-UNITA direcionada contra a FNLA. A ex-URSS adotou a estratégia de unificar todos os grupos que compunham o MPLA, unificando-os na figura de Agostinho Neto, esta decisão foi um fator fundamental para a organização interna do movimento e um dos fatores que o levou a vitória definitiva posteriormente.

Em dezembro de 1974, os soviéticos conceberam um plano audacioso de auxílio ao MPLA, com o fornecimento de armamento pesado, grande quantidade de munição e disponibilização de pontos de trânsito no Congo. Enquanto a ex-URSS aumentava sua atuação em Angola, os EUA mantinham-se fiéis à estratégia de manter o *status quo* na África, pois era o plano previsto em seus documentos estratégicos (*National Security Study Memorandum 39*). O que não foi percebido pelos estadunidenses era que o *status quo* tinha deixado de existir por ocasião do golpe em Portugal, em 25 de Abril de 1974 (SÁ, 2011).

Por tais razões, verificamos que a ex-URSS empregou grande esforço para ter o controle da situação e condução do processo de descolonização angolana, no intuito de garantir a vitória do MPLA e com isso ter a garantia da implementação do comunismo em Angola.

Portugal sem condições de conter a pressão de Estados com muito mais influência no SI, iniciou o processo de descolonização da Angola. Em 15 de Janeiro de 1975, foi celebrado na cidade de Alvor, em Portugal, o Acordo de Alvor²³, entre o Estado português e os principais movimentos nacionalistas (FNLA, MPLA e UNITA). O Acordo de Alvor ditou a entrega do poder aos três principais movimentos de libertação, excluindo a participação dos outros grupos políticos que surgiram após o 25 de Abril de 1974 (SÁ, 2011).

A ex-URSS não acreditou no Acordo de Alvor e em particular, no governo de transição, então concluiu que havia poucas possibilidades de sucesso. Os relatórios soviéticos diziam que o entendimento entre os três movimentos tinha caráter meramente formal. Agostinho Neto reportou a ex-URSS que a UNITA e a FNLA, apoiadas pelos EUA, planejavam tomar o poder em Angola e liquidar os seus adversários políticos (MARQUES, 2013).

Após a assinatura do Acordo de Alvor, Portugal prosseguiu a sua política de favorecimento ao MPLA em detrimento dos outros movimentos devido ao compromisso ideológico com o socialismo, que norteou a elite política que atuou entre os III GP e VI GP, período de Governos Provisórios sob as lideranças de Vasco Gonçalves (II ao V) e José Pinheiro de Azevedo (VI), cujos governos espelharam a influência da ex-URSS até o resgate de Portugal para a área de influência ocidental com o golpe de 25 de Novembro de 1975 (ESTEVEVES, 2016).

²³ O Acordo de Alvor foi celebrado entre o Estado português e os três movimentos de Libertação em Angola (MPLA, FNLA e UNITA), em 15 de Janeiro de 1975, em Alvor (Portugal), e definiu a entrega do poder com exclusão da participação de outros grupos políticos que surgiram após 25 de Abril de 1975 (ESTEVEVES, 2016).

Tanto os EUA quanto a ex-URSS não se limitaram a dar pouco crédito ao Acordo de Alvor, mas também se esforçaram para que não desse certo. Ainda em Janeiro de 1975, os EUA e a ex-URSS aumentaram o apoio aos movimentos que representavam os seus interesses, FNLA e MPLA, respectivamente, sendo o apoio soviético muito maior em termo de volume, se comparado ao apoio estadunidense (SÁ, 2011).

Nos próximos parágrafos apresentaremos citações em que verificamos, com diferentes tipos de abordagem, a relação direta de interesses para o apoio das potências aos movimentos de libertação, como este apoio implicou no desequilíbrio de poder na região e como a defesa desses interesses contrariava o direito de autodeterminação do povo angolano.

O MFA (representando a elite portuguesa) prosseguiu uma política de favorecimento ao MPLA, permitindo a entrada de armamento proveniente do exterior destinado ao movimento e colaborando com as autoridades cubanas (ator por procuração) na elaboração do plano para o envio de técnica, armamento e contingente militar para Angola em 1975, nesse momento Angola ainda era parte integrante de Portugal. Tal apoio resultou no desequilíbrio de forças entre os atores locais, que caracterizou de forma clara a atuação dos interesses externos, contrariando o Acordo de Alvor, que não previa interferência externa no processo (MARQUES, 2013).

O acordo de Alvor foi pré-formatado para entregar o poder aos movimentos nacionalistas que representavam os interesses dos EUA e da ex-URSS, num quadro da Guerra Fria, e não representavam os interesses da população. Além disso, foram excluídos outros importantes agrupamentos políticos. Dessa forma, o povo angolano não teria participação na elaboração do seu futuro estatuto político por meio de instituições democráticas, votação livre e direta (ESTEVES, 2016).

Os três movimentos (MPLA, FNLA e UNITA) que representavam interesses distintos, jamais poderiam representar o povo angolano, pois a narrativa em torno do conceito

de representatividade destes movimentos estava vinculada ao propósito da acumulação de poder, característica principal da lógica realista que rege o sistema anárquico das Relações Internacionais (SPIVAK, 2010).

O MPLA não era um movimento representativo da população, na medida em que a mesma não se identificava com a ideológica socialista soviética, que norteava a elite política do movimento. Tal ideologia era um corpo estranho introduzido pela ex-URSS, com o fim de instalar na futura Angola independente, uma elite política que servisse aos seus interesses. Da mesma forma, a prática dos EUA, que apoiava a FNLA e a UNITA, percursores da ideologia liberal, também era indiferente aos anseios da população angolana, na medida em que procurou introduzir o conceito de democracia como categoria representativa dos povos, em um Estado composto historicamente de diversas etnias (FIG. 3, ANEXO C), impondo uma cultura que não seria aceita facilmente pela população (MARQUES, 2013).

Por tais razões, verificamos que a decisão de Portugal em descolonizar Angola e entregá-la aos movimentos de libertação tinha o propósito de permitir as potências do SI manipular tais movimentos em busca da obtenção de poder e ganho geopolítico, e em nenhum momento foi dada atenção aos interesses do povo angolano.

O papel de Portugal como intermediário entre os interesses dos dois blocos hegemônicos teve dois vieses, por um lado, favorecendo a ex-URSS, por conta de toda a pressão recebida, e por outro lado, favorecendo aos EUA, em virtude de seu papel preponderante no sistema internacional e historicamente apoiador português. Portanto, o papel de Portugal foi determinado pela relação de forças entre as duas potências, baseadas na política de equilíbrio de poder (CUNHA, 1977).

Em 22 de Janeiro de 1975, o *40 Committee*²⁴ se reuniu para discutir a política que

²⁴ Organismo do ramo executivo do poder político estadunidense, integrado na estrutura do Conselho de Segurança Nacional e vocacionado para aprovação de operações secretas (SÁ, 2011).

os EUA adotariam para o caso angolano. A Agência Central de Inteligência dos EUA²⁵ insistiu em aumentar o apoio à FNLA e também à UNITA. Já era de conhecimento dos EUA que Agostinho Neto estava recebendo armas da ex-URSS, então acreditavam que Neto não seria confiável, portanto, a opção estadunidense seria apoiar Holden Roberto e Savimbi. Foi autorizado pelo governo um apoio de 300 mil dólares anuais para a FNLA. A ajuda foi modesta, mas demonstrou um sinal de vontade dos EUA em conter o avanço soviético, porém, não foi autorizada ajuda financeira à UNITA.

A grande preocupação estadunidense era evitar uma guerra civil em Angola, pois neste caso poderia obrigar um envolvimento direto e isto colocava em riscos os investimentos da *GulfOil*²⁶ e também criaria tensões na África do Sul e desestabilizaria toda a África de uma forma geral. Porém, mesmo com a incerteza das previsões sobre as atitudes políticas de um futuro governo, provavelmente um governo da FNLA ou UNITA seriam menos hostis para com os interesses estadunidenses do que um regime controlado pelo MPLA (SÁ, 2011).

Portanto, verificamos que o processo decisório dos EUA em relação ao apoio aos movimentos de libertação não teve a ideologia política como fator principal de análise, mas sim, a probabilidade do movimento sair vitorioso e, principalmente, a possibilidade deste movimento estabelecer laços de colaboração com os EUA após a conquista de Angola.

Logo após o Governo de Transição de Angola tomar posse, em 31 de Janeiro de 1975, a luta prosseguiu sem tréguas, alimentada pelos interesses dos atores internos e externos e mediada pelo Estado português, que se posicionou ao lado da ex-URSS ao favorecer o MPLA. Angola continuou a ser palco de confrontos entre os movimentos, que reclamavam o monopólio do poder, em clara violação do Acordo de Alvor, que não previu a aplicação de sanções em caso do não cumprimento das partes, o que equivaleu a legitimar a violação do

²⁵ Nomenclatura original – *Central Intelligence Agency* (CIA).

²⁶ Empresa do ramo de exploração de petróleo onde os EUA investiram 368 milhões de dólares em 1970 (SÁ, 2011).

Acordo. Em consequência, teve prosseguimento a disputa por Luanda pela força das armas (BOTELHO, 2008).

Em fevereiro de 1975, as tropas do MPLA começaram a receber instrução na ex-URSS para operar o equipamento pesado que tinham recebido. Ao mesmo tempo, a ex-URSS empenhava-se em promover a aliança entre o MPLA e a UNITA, com o intuito de formar uma frente anti-FNLA, tendo para isso o apoio de vários Estados africanos (SÁ, 2011).

Em Março de 1975, registaram-se confrontos entre MPLA e FNLA, MPLA e UNITA e FNLA e UNITA (BOTELHO, 2008). De acordo com Sá (2011), após 11 de Março, em virtude do cenário apresentado em Portugal e com a visita do comandante militar da MPLA a Lisboa para negociar formas concretas de apoio ao movimento, os conflitos entre o MPLA e a FNLA se expandiram ao ponto de virar uma guerra civil.

Apesar do agravamento da crise entre os movimentos ter sido responsabilidade dos seus líderes, alguns eventos externos provocaram o seu agravamento, sendo o principal para a nossa análise, a intensificação do apoio militar da ex-URSS ao MPLA, com o envio de toneladas de armamento pelo trajeto Congo-Brazzaville²⁷. Nesse mesmo momento, a ex-URSS decidiu enviar 200 conselheiros militares cubanos com a finalidade de treinar o MPLA na utilização de novas armas (MARQUES, 2013).

Por fim, verificamos que o volume de armamento e esforço logístico soviético, somado as facilidades que Portugal ofereceu ao MPLA após o início do processo de transição, fizeram com que a disputa entre os movimentos se transformasse em uma guerra civil de grande proporção e importantes implicações geopolíticas na região.

Na próxima seção apresentaremos os motivos que levaram os EUA a decidir definitivamente se envolver no processo de colonização da Angola e a evolução dos conflitos durante a guerra civil.

²⁷ Brazzaville é a capital e maior cidade da República do Congo.

4.4 A entrada definitiva dos EUA no confronto e a evolução dos conflitos

Em 19 de Abril de 1975, Kenneth Kaunda, presidente da Zâmbia, visitou os EUA e solicitou apoio para intervir no caso angolano e impedir a ação soviética, que estava interferindo diretamente no processo de descolonização, neste momento, ficou evidenciado que a Guerra Fria tinha chegado ao continente africano, o que, na ótica estadunidense, acontecia por iniciativa da ex-URSS e obrigava-o a resistir ao expansionismo soviético na periferia do sistema internacional.

Este foi o momento de virada na política dos EUA para Angola e mesmo para o continente africano. Kaunda convenceu Ford e Henry Alfred Kissinger²⁸ (1923 -) de que a ex-URSS estava intervindo na Angola com conselheiros militares e armamento, desequilibrando o processo de descolonização daquele Estado, devendo os EUA opor-se a tal ação em defesa do balanço de poder local. No fundo, a mensagem que Kaunda trazia era que intervenção da ex-URSS tinha ultrapassado os limites aceitáveis pelos EUA. Kaunda defendeu a ideia de que o conflito já não era simplesmente local e estava sendo conduzido de acordo com os interesses soviéticos. Dessa forma, os EUA teriam que apoiar o movimento contrário para evitar a expansão comunista em Angola (SÁ, 2011).

Portanto, como afirma Sá (2011), em abril de 1975, ficou claro para Gerald Ford que a Angola apresentava um desafio fundamental, em virtude da intervenção soviética numa escala ainda não vista na África. Se a ex-URSS conseguia agir eficazmente tão longe das suas fronteiras, perante tantas dificuldades logísticas e em mares controlados pelos EUA, também seria capaz de atuar em áreas mais próximas dos históricos interesses nacionais russos, como no Oriente Médio, também estava em jogo a credibilidade e prestígio dos EUA junto aos aliados e inimigos.

No mesmo período em que Kaunda expôs a Ford suas preocupações quanto a

²⁸ Secretário de Estado dos EUA nesse período.

atuação da ex-URSS nas decisões de Portugal quanto a descolonização de Angola, relatórios do serviço secreto dos EUA alertavam para uma ponte aérea de transporte de armamento soviético para Brazzaville, de onde eram transportados para Luanda²⁹, e paralelamente ao transporte, os soviéticos estavam fornecendo armas ao MPLA por via marítima. Com essas informações, os estadunidenses estimavam que entre sete e dez mil combatentes do MPLA estivessem sendo equipados e treinados pelos soviéticos (SÁ, 2011).

Durante a pesquisa bibliográfica, verificamos que mesmo após Gerald Ford admitir que a contenção do avanço soviético no caso angolano tinha se transformado em prioridade para a manutenção do status estadunidense como líder do bloco ocidental, o governo teve grandes dificuldades para obter aprovação do Senado, a fim de atuar de maneira mais intensa e direta no processo. Portanto, todo o tempo que os EUA “perdeu” na produção de relatórios de assessoramento do processo decisório, a ex-URSS “ganhou” aumentando sua vantagem estratégica na região, pois o volume logístico de apoio ao MPLA cresceu consideravelmente enquanto os EUA decidiam qual ação deveria ser tomada para o caso angolano.

Como entende Sá (2011), após a visita de Kaunda, os estadunidenses se viram divididos novamente, enquanto a administração Ford acreditava que precisava demonstrar a todos do SI que os EUA não tinham reduzido sua capacidade e vontade de resistir à expansão soviética, transmitindo uma imagem de força, outra vertente acreditava que deveriam responder as dificuldades com um retraimento estratégico no exterior. Para Ford os interesses políticos primordiais passavam por uma Angola independente e com um governo favorável aos EUA, além da necessidade de assegurar que o petróleo angolano continuasse disponível.

Para Everett Ellis Briggs (1934 -), diplomata estadunidense em Portugal³⁰, os EUA teriam três possibilidades de atuação: não se envolver no caso angolano; se envolver por

²⁹ Capital e maior cidade da Angola.

³⁰ Everett Briggs foi nomeado em Abril de 1990 e permaneceu no cargo até Setembro de 1993. Disponível em: <<https://history.state.gov/departmenthistory/people/chiefsomission/portugal>>. Acesso em: 15 Jun. 2018.

meio de Portugal; e se envolver por meio dos movimentos armados. Caso a terceira hipótese fosse escolhida, haveriam de ocorrer contatos diplomáticos diretos com a liderança dos movimentos. Briggs não tinha dúvidas que o MPLA teria que ser incluído nesses contatos, pois havia grandes chances deste movimento conquistar o poder em Angola (SÁ, 2011).

Posto isso, verificamos que a administração estadunidense tinha o interesse em ter algum tipo de proximidade com o movimento que conquistasse o poder, mesmo que o movimento vencedor fosse o MPLA comunista.

A partir de Abril de 1975, o MPLA e a FNLA protagonizaram a disputa pelo poder e a UNITA permaneceu em estado de observação, procurando tirar partido dos confrontos entre os dois movimentos. Registrou-se uma corrida ao armamento e recrutamento de pessoal por parte dos três movimentos e confrontos, sobretudo entre o MPLA e a FNLA, com destaque para os conflitos ocorridos em fim de Maio de 1975(MARQUES, 2013).

No início de maio de 1975, o MPLA recebeu grande quantidade de armamento da ex-URSS e a balança de poder começou a pesar ao seu favor. Nesse momento, os EUA ainda não tinham decidido que ações efetivamente deveriam ser tomadas, as opções avaliadas nesse instante eram: manter neutralidade, continuando com protestos oficiais de não envolvimento; incitar a contenção, que poderia ser realizada de várias formas; ou apoiar ativamente um ou mais movimentos de libertação, tendo como vantagem obter algum crédito caso o movimento chegasse a vitória final (SÁ, 2011).

Foi produzido um relatório secreto sobre a situação angolana e sobre os interesses estadunidenses em Angola e suas opções políticas. De acordo com Sá (2011), o relatório dizia que Portugal parecia ter “favorito” no conflito entre MPLA e FNLA, e que a UNITA era o seu aliado mais consistente; relatava sobre a interferência comunista em Portugal, não havendo dúvidas que a ajuda comunista aos movimentos contribuía significativamente para a instabilidade política em Angola; e citava que os EUA eram o mais importante investidor

estrangeiro em Angola, com mais de 400 milhões de dólares investidos, principalmente na petrolífera *GulfOil*. Porém, o relatório não descrevia com precisão os motivos soviéticos para apoiar o MPLA.

Do ponto de vista estratégico, ainda no relatório supracitado, não foram relatados interesses vitais, apenas pontos relevantes, como a localização de Angola no perímetro das Linhas de Comunicação Marítimas e Aéreas entre os EUA e o Oceano Índico, a sua proximidade às rotas dos petroleiros entre o cabo da Boa Esperança e a inexistência de outros portos e facilidades aéreas acessíveis aos EUA na maioria dos Estados vizinhos. O documento terminava discutindo os riscos do envolvimento dos EUA em Angola, e concluía que um programa secreto de apoio militar à FNLA e à UNITA, com armamento que tinha pertencido ao exército ex-zairense, era mais vantajoso do que o recebimento de armas diretamente dos EUA (SÁ, 2011).

Desse modo, verificamos mais uma vez que os EUA tiveram dificuldades em perceber a mudança da estratégia soviética para a Angola, pois mesmo com o desenrolar dos conflitos entre os movimentos e a constatação da superioridade do MPLA, em virtude do apoio da ex-URSS, Gerald Ford ainda necessitava solicitar e aguardar a confecção de vários relatórios situacionais para tentar convencer o Senado dos EUA que uma ação mais contundente no caso angolano deveria ser tomada.

Entre Junho e Julho prosseguiram os confrontos entre MPLA, FNLA e UNITA pela disputa de áreas de influência, registrando-se a expulsão da FNLA de Luanda pelo MPLA, com o auxílio de tropas cubanas que haviam chegado à capital em Julho de 1975 (SÁ, 2011; MARQUES, 2013).

Enquanto os EUA “se preparavam”, Portugal adotava oficialmente uma “neutralidade ativa”, que na prática era muito mais ativa do que neutra, esforçando-se para obter uma aliança entre a MPLA e a UNITA (SÁ, 2011).

Em julho de 1975, os EUA finalmente decidiram atuar de forma mais efetiva, pois se Angola passasse a ser comunista, teria consequências no ex-Zaire, Zâmbia e outros, com isso, os outros Estados poderiam concluir que os EUA já não eram um fator a ser levado em conta na África Austral, e o preço a ser pago por essa conclusão poderia durar por décadas, fazendo com que todos os movimentos se aproximassem da ex-URSS ou até mesmo da China. Dessa forma, a sugestão do relatório sobre adotar um programa secreto de apoio econômico e militar à FNLA e à UNITA foi finalmente colocada em prática (SÁ, 2011).

Em 18 de julho de 1975, Gerald Ford aprovou a chamada “Operação IAfeature”, nome código do programa secreto estadunidense para a Angola. Em 27 de julho foram alocados oito milhões de dólares para o transporte de armas dos EUA para o ex-Zaire e daí eram enviadas para Angola. Em 29 de Julho, chegou ao ex-Zaire, o primeiro carregamento de armas dos EUA em apoio aos movimentos em Angola (SÁ, 2011).

Assim, verificamos que a ex-URSS iniciou de forma perceptiva sua atuação geopolítica na África em 15 de maio de 1974, no momento da revolução portuguesa, apoiando o Governo Provisório que decidiria a futuro da África. A reação dos EUA se iniciou de forma efetiva em 29 de julho de 1975, com a chegada do primeiro apoio logístico aos movimentos em Angola. Esse atraso em termos de atuação foi determinante para o desenrolar dos conflitos.

Em meados de Agosto de 1975, Fidel Alejandro Castro Ruz³¹(1926 – 2016) preparou um plano para intervir em Angola por meio de uma operação conjunta com a ex-URSS, este plano foi enviado para o conhecimento soviético em 15 de Agosto. O plano não agradou a Nikolai Podgorny, pois o uso de aviões soviéticos em Angola antes da proclamação da independência traria problemas diplomáticos com os EUA. Dessa forma o plano de ação

³¹ Fidel Castro foi o líder Cubano e apoiador da ex-URSS no período em questão.

conjunta foi recusado por Podgorny. Fidel Castro decidiu que faria a operação por conta própria, em apoio a ex-URSS, mas sem a utilização de militares soviéticos (SÁ, 2011).

Em Agosto de 1975, Luanda recebe reforços de militares cubanos integrados na “Operação Carlota³²”, com o desembarque de material bélico na costa angolana, para os cubanos apoiarem o MPLA. Foram registrados protestos da FNLA e UNITA contra a parcialidade da posição portuguesa em apoio do MPLA, por conseguinte, o Acordo de Alvor foi suspenso em Agosto por Costa Gomes³³, em virtude do acordo ter sido flagrantemente violado pelas partes signatárias e o território ter sido progressivamente invadido pelos atores por procuração, que agiam segundo o interesse dos EUA e da ex-URSS, em apoio aos movimentos de libertação, com destaque para Cuba, que defendia os interesses soviéticos (SÁ, 2011; MARQUES, 2013).

Isso posto, verificamos que a ex-URSS atuava diretamente na perseguição dos seus interesses em Angola, porém, com o discernimento de não criar problemas diplomáticos difíceis de serem solucionados e com isso comprometer sua atuação no processo. Verificamos que a utilização de atores por procuração foi uma forma inteligente e eficaz de atuar sem criar maiores problemas diplomáticos.

Também em Agosto de 1975, teve início a “Operação IAfeature”. Nesta operação, ex-Zaire e África do Sul foram apoiados pelos EUA para intervir a favor da FNLA e UNITA no combate ao MPLA, com a provisão adicional de mais 11 milhões de dólares em armas, aviões, mercenários e a manutenção da tropa, este apoio foi prestado utilizando o ex-Zaire como intermediário (SÁ, 2011).

Os conflitos foram se tornando maiores e mais graves em virtude do apoio externo e a aproximação da data da independência, as autoridades portuguesas em dificuldade para evacuar a população civil portuguesa presa dentro do conflito, solicitaram apoio aos EUA, em

³² Nome dado à intervenção militar cubana em Angola com apoio da URSS em 1975.

³³ Presidente de Portugal neste período.

virtude da insuficiência de meios próprios. Os EUA aceitaram prestar o apoio, porém, em contrapartida, exigiram à elite política a deposição do governo comunista em Portugal, tendo Costa Gomes acatado a exigência (MARQUES, 2013).

Diante disso, a ponte aérea foi iniciada e terminou em Novembro de 1975, com o apoio, sobretudo dos EUA, a população branca e parte da população negra e mulata foi transportada para Portugal e outros Estados (SÁ, 2011; MARQUES, 2013). A anarquia reinava em todo o território e intensificava-se a ação de terror arbitrário perpetrada pelos movimentos sobre a população conforme se aproximava a data da independência (MARQUES, 2013).

Pela cronologia dos fatos que foram apresentados, verificamos que com a proximidade do dia previsto para a independência angolana, a intensidade dos conflitos e do apoio aos movimentos aumentou consideravelmente. Portugal já tinha perdido qualquer controle da situação e o futuro de Angola estaria nas mãos do movimento que saísse vencedor da guerra civil, movimento este que seria controlado pela potência que forneceu apoio para a vitória.

Com o início da vigência do VI GP em Portugal, em 15 de Setembro de 1975, começou a melhorar a situação de alinhamento de Portugal com os interesses estadunidenses. Os EUA pressionaram o governo português alegando preocupação com o fluxo de armas para a Angola e o apoio português ao MPLA. Foi exposto ao governo português que seria intolerável se Angola fosse entregue aos comunistas em 11 de novembro, usando como fator de pressão o apoio que estava sendo prestado à realização da ponte aérea para evacuação dos refugiados portugueses. Também foi apresentada a disponibilidade de duplicar a ponte aérea caso Portugal garantisse que sua política para Angola não iria favorecer o MPLA. Portugal aceitou a proposta e os EUA também cumpriram sua parte do acordo, duplicando a ponte aérea a partir de 10 de Outubro (SÁ, 2011).

A partir desse momento os EUA passavam a tentar equilibrar o jogo, o apoio prestado ao governo português para a evacuação angolana era um grande fator de barganha política e certamente traria vantagens se bem explorado pelos estadunidenses.

Em meados de Outubro de 1975, a África do Sul se envolveu de forma expressiva no caso angolano, utilizando dois mil e quinhentos homens e seiscentos veículos. Os reais motivos da invasão são desconhecidos e não é possível afirmar que houve influência dos EUA nesta decisão, porém, o historiador Odd Arne Westad (1960 -) afirmou que a invasão à Angola aconteceu por pressão dos EUA, fato este negado por Henry Kissinger. Mesmo que os EUA não tenham influenciado a atuação da África do Sul, eles usariam esse fato para negociar a saída de Cuba do conflito, buscando o equilíbrio de forças entre os movimentos (SÁ, 2011).

Com a entrada da África do Sul no conflito os EUA tiveram a oportunidade de utilizar a mesma ferramenta utilizada pelos soviéticos, os atores por procuração. Apesar de não confirmados oficialmente os motivos da entrada da África do Sul no conflito, os EUA utilizariam este evento para negociar com os soviéticos a saída de Cuba do território, fato que reduziria significativamente as forças soviéticas e o avanço do MPLA.

Em 11 de Novembro de 1975, dia previsto para a independência de Angola, a administração Ford tinha duas certezas: havia grande possibilidade do MPLA tomar o poder por meio de uma intervenção soviética a um nível sem precedentes durante a Guerra Fria; e os EUA tinham que contra-atacar caso isto acontecesse. No dia anterior, em 10 de Novembro, Kissinger tinha dito oficialmente, pela primeira vez, que os EUA encaravam a interferência soviética em Angola como um assunto sério, e que as ações soviéticas não estavam compatíveis com o espírito de redução de tensão. Tais acusações só seriam respondidas em 22 de Novembro, quando os soviéticos emitiram uma longa mensagem em que consideravam

sem fundamento as acusações estadunidenses e rejeitavam a conclusão de que a situação era incompatível com os acordos em vigor entre os dois Estados (SÁ, 2011).

Então, como previsto, em 11 de Novembro de 1975, o Estado português, arriou a bandeira portuguesa em Luanda e entregou o poder aos movimentos, sem a presença da população (SÁ, 2011).

Nessa data, o MPLA dominava a capital, com o apoio das tropas cubanas, estando cercados pelos outros movimentos e seus aliados. O MPLA, FNLA e UNITA declararam unilateralmente a independência de Angola, reivindicando a representatividade popular e a legitimidade do poder, baseado na força das armas (MARQUES, 2013). O MPLA proclamou em Luanda, a República Popular de Angola (RPA) e ao mesmo tempo, em Huambo³⁴, a FNLA e a UNITA proclamaram em conjunto a República Democrática de Angola (SÁ, 2011).

Com a declaração da independência teve fim o papel de Portugal no território angolano. A partir desse momento os movimentos de libertação se envolveriam em conflitos armados cada vez mais intensos e o apoio soviético começaria a desequilibrar a balança do poder entre os movimentos.

Em 12 de Novembro de 1975, a RPA já tinha sido reconhecida pela ex-URSS, Cuba, Alemanha Oriental, Polónia, Romênia, Moçambique, Mali, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Somália e Brasil. Porém, a República Democrática de Angola não durou nem 24 horas, pois houve uma ruptura entre Savimbi e Holden Roberto (SÁ, 2011).

Após a proclamação da independência, o apoio externo soviético se intensificou a um nível sem precedentes, com o aumento da ponte aérea destinada ao transporte de cubanos e pelo fornecimento de equipamento militar (HENDERSON, 1979; SÁ, 2011). Henry Kissinger afirmou em Janeiro de 1976 que, a atuação soviética após a proclamação da

³⁴ Município e Cidade angolana, que tem por característica ser a segunda cidade mais alta de Angola. Disponível em: < http://www.welcometoangola.co.ao/?it=province_more&co=245&tp=25&LG=1>. Acesso em: 16 jun. 2018.

independência de Angola foi uma demonstração de poder sem precedentes por parte da ex-URSS, tendo atingido o valor de 200 milhões de dólares em assistência militar (SÁ, 2011).

Em 12 de novembro de 1975, integrantes da FNLA e MPLA se enfrentaram, deixando sete mortos, dando início a primeira parte da guerra que iria até janeiro de 1976, os EUA apoiavam principalmente a FNLA com suporte financeiro ao esforço de guerra, enquanto a ex-URSS apoiava o MPLA com armamento e envio de tropas (HENDERSON, 1979).

Em 27 de novembro de 1975 os EUA aprovaram os últimos sete milhões de dólares para aquisição de mais armamento e envio de mais mercenários, além do aluguel de um C-141 para operar em Angola (MARQUES, 2013).

Em 9 de dezembro, Ford se reuniu com o embaixador soviético em Washington e afirmou que os EUA não tinham interesses estratégicos importantes em Angola, porém, interpretava que as ações soviéticas estavam colocando os dois Estados em situação de confronto, então fez um apelo para o término dos combates e que todos os Estados deixassem de intervir em Angola. Ainda em dezembro, Gerald Ford e Henry Kissinger participaram de uma reunião na China com Mao Tsé-Tung (1893 – 1976), presidente do Partido Comunista Chinês, o tema da reunião era a atuação soviética na Angola, Ford defendia que a China e os EUA atuassem conjuntamente para conter o avanço soviético, porém, apesar do esforço do líder estadunidense, a China já tinha decidido não atuar em Angola para não ficar associada a ter atuado junto com a África do Sul³⁵, e também por acreditar que os EUA não tinham condições de fazer frente ao avanço soviético num local periférico do SI (SÁ, 2011).

Nesse momento do conflito os EUA já sofriam as consequências da inércia apresentada na decisão de conter a ex-URSS. Os atores do SI já tinham a real percepção do avanço soviético em Angola e das dificuldades dos EUA. A falta de unidade da opinião do

³⁵ A China se recusou em atuar junto com a África do Sul em virtude de problemas ideológicos que saem do foco de pesquisa deste trabalho.

povo estadunidense e as divergências entre o Senado e Gerald Ford eram fatores que aumentavam a percepção negativa destes atores quanto à capacidade dos EUA reverter a situação apresentada nesse momento.

O golpe fatal contra os planos de Ford se iniciou em 19 de Dezembro, quando o *The New York Times* publicou um extenso artigo revelando o programa secreto estadunidense de apoio militar no processo de descolonização angolano e expôs publicamente as divisões dentro do Departamento de Estado quanto à estratégia para a Angola. Essa notícia provocou um imediato furor público contra o apoio estadunidense no processo angolano, dando ao Senado motivo para agir e aprovar a Emenda *Tunney*³⁶, que proibiu o financiamento de atividades relacionadas com o conflito em Angola (SÁ, 2011; MARQUES, 2013).

Por isso, menos de vinte e quatro horas após a aprovação da Emenda Tunney, Ford enviou uma mensagem ao Senado em tons duros, dizendo que a decisão tomada era uma tragédia para todos os Estados do bloco ocidental cuja segurança dependia dos EUA e questionava como que o Estado líder deste bloco poderia permitir que a ex-URSS operasse impunemente tão distante do seu Estado. Alertava ainda sobre as graves consequências para a posição dos EUA a longo prazo e para a ordem internacional como um todo (SÁ, 2011).

Gerald Ford ainda tentou resistir a esta decisão, enviando uma carta para Marshal Mobutu Sese Seko³⁷ (1930 – 1997) afirmando que ainda era possível conter o avanço socialista, que os EUA tinham disponíveis fundos de reserva não utilizados e que estariam à procura de outras opções. Ford insistiu para que Mobutu continuasse a ajudar à FNLA e à UNITA. Ford também buscou seus aliados europeus, porém, os mesmos não tinham mais dúvidas sobre a vitória soviética (SÁ, 2011).

Sem o apoio financeiro dos EUA, em 1976 o MPLA, com a ajuda da ex-URSS, conteve o avanço da FNLA e ganhou o conflito (MOORCRAFT, 1990).

³⁶ Aprovada pelo Senado estadunidense, em 19 de Dezembro de 1975, proibiu qualquer utilização de fundos para apoio aos interesses dos EUA na guerra civil angolana (MARQUES, 2013).

³⁷ Mobutu foi o presidente do ex-Zaire no período em questão.

Em 11 de fevereiro de 1976, a OUA reconheceu o MPLA como o governo legítimo de Angola. No início de Março de 1976, a guerra civil angolana estava terminada, quase que simultâneo, a República Popular de Angola foi reconhecida pela maioria dos Estados do mundo (SÁ, 2011).

Após esse duro golpe, só restou a Ford tentar evitar que a maioria dos Estados reconhecesse o regime de Agostinho Neto, tendo atuado em duas frentes distintas, uma na Europa e uma na África. Contudo, apesar de todos os esforços diplomáticos, não era mais possível reverter a situação (SÁ, 2011).

A ex-URSS retirou duas conclusões a respeito da atuação em Angola: primeira, que os estadunidenses poderiam ser derrotados em conflitos locais dentro de determinadas circunstâncias; segunda, que seria possível fazer avançar o comunismo dentro da África (SÁ, 2011).

4.5 Conclusões parciais

Verificamos neste capítulo que a Angola oferecia ganhos geopolíticos consideráveis, não apenas em relação aos recursos minerais, mas principalmente pela importância estratégica de sua localização. A principal motivação dos EUA para entrar no conflito foi impedir que sua credibilidade em relação aos demais Estados do SI fosse questionada, pois sua posição de potência hegemônica ficou ameaçada com o avanço soviético em Angola.

A decisão do modelo de descolonização implementado por Portugal foi fruto da influência direta dos EUA e da ex-URSS. Essa influência teve origem na busca pelo poder e intenção de ganhos geopolíticos na região, e também na intenção de demonstrar capacidade de atuação no SI.

Em nenhum momento os anseios da população angolana foram colocados em questão e os pequenos movimentos que surgiram após 25 de abril de 1975, que teriam a representatividade da população, foram simplesmente descartados do processo de transição. Os estadistas das potências envolvidas só atuaram no processo devido aos ganhos em termos de poder que poderiam ser obtidos e em nenhum momento estavam preocupados em intervir no processo para garantir a autodeterminação do povo angolano.

Os movimentos de libertação lutaram entre si no intuito de conquistar o poder e o controle em Angola. Toda essa disputa na verdade refletia a disputa dos blocos capitalista e socialista, liderados pelos EUA e ex-URSS, respectivamente, atuando diretamente no processo e principalmente pela utilização de atores por procuração.

A ex-URSS empregou grande esforço para ter o controle da situação e condução do processo de descolonização angolana, no intuito de garantir a vitória do MPLA. Sua intenção era a garantia da implantação do comunismo em Angola, obtenção de poder e ganho geopolítico.

O processo decisório dos EUA em relação ao apoio aos movimentos de libertação não foi unicamente de acordo com a ideologia do movimento, mas sim, levando em conta a probabilidade deste movimento sair vitorioso e, principalmente, a possibilidade deste movimento estabelecer laços de colaboração com os EUA após a conquista de Angola. Essa decisão reforça a tese de que o apoio no caso angolano não teve nenhum viés ideológico, mas sim, exclusivamente, interesses em termos de poder.

5 CONCLUSÃO

Durante este trabalho a pesquisa bibliográfica e documental foi direcionada no sentido de verificar se as ações dos EUA e da ex-URSS durante o processo de descolonização da Angola estavam em concordância com a teoria realista, por meio da análise da atuação das potências envolvidas e a busca de suas motivações.

Neste capítulo apresentaremos um breve resumo dos aspectos analisados, a seguir combinaremos as conclusões parciais e faremos a comparação com a teoria apresentada.

O capítulo dois abordou os conceitos sobre as Relações Internacionais e sobre a Teoria Realista de Morgenthau. Apresentamos que a característica básica do SI é a anarquia; que o poder é o objeto de cobiça de qualquer Estado e quanto maior o poder deste, maior é a sua capacidade de influenciar o sistema; e que toda a atuação dos Estados será no sentido de conservar, aumentar ou demonstrar o seu poder.

O capítulo três descreveu os antecedentes históricos e elementos de contextualização. Apresentamos a origem da competição entre os EUA e a ex-URSS; a utilização de atores por procuração; que Portugal não pode resistir à pressão das potências no sentido de descolonizar os Estados africanos; que os EUA e a ex-URSS inicialmente tinham um acordo de manter a balança de poder equilibrada no continente africano; que os EUA foram surpreendidos com a investida soviética; e que a ONU poderia ter tido papel preponderante no processo se não fosse a intervenção das potências dentro da Organização.

O capítulo quatro expôs os motivos da disputa por Angola, os movimentos de libertação e os eventos ocorridos durante a guerra civil Angolana. Apresentamos que a Angola representava ganhos geopolíticos potenciais; que Portugal teria muitas dificuldades em conduzir o processo de descolonização em virtude de todas as forças envolvidas no processo; que os movimentos de libertação não representavam o desejo do povo angolano nem o seu direito de autodeterminação; a origem de cada movimento; que a ex-URSS apoiou o MPLA;

que os EUA demoram muito em decidir apoiar incisivamente o MFLA e a UNITA; que a revolução ocorrida em Portugal também foi influência das potências; e por fim, foram apresentadas as interações entre os movimentos de libertação durante a guerra civil.

As duas seções referentes às conclusões parciais já apresentaram os aspectos relevantes da análise proposta neste trabalho, portanto, passaremos a combinar as mesmas e comparar o caso concreto com a teoria apresentada, de forma a verificar se existe concordância entre elas.

Dessa forma, quando os EUA e a ex-URSS surgiram como potências hegemônicas e buscaram atrair os demais Estados para sua área de influência, criando doutrinas, planos e organizações no intuito de manter os Estados sob seu controle, verificamos concordância com a Teoria Realista de Morgenthau, pois a motivação era conservar, aumentar ou demonstrar o seu poder.

Quando os EUA estavam voltados para os seus problemas internos e não priorizavam a África, utilizando para a mesma a política do *status quo*, verificamos concordância com a Teoria Realista de Morgenthau, pois a ação do estadista em determinado período da história dependerá do contexto político dentro do qual foi formulada a política externa.

Quando os soviéticos perceberam a baixa prioridade estadunidense para os aspectos geopolíticos da África e decidiram atuar de forma significativa na região, verificamos concordância com a Teoria Realista de Morgenthau, pois a ex-URSS estava utilizando a política do imperialismo.

Na retomada de Portugal para a área de influência dos EUA, em que as duas potências entraram em acordo buscando um equilíbrio de poder, verificamos concordância com a Teoria Realista de Morgenthau, pois os EUA e a ex-URSS estavam utilizando a política do *status quo*.

Quando os EUA finalmente decidiram conter o avanço soviético em Angola, a principal motivação para isso foi o fato de sua posição hegemônica em relação aos outros Estados estar ameaçada, verificamos concordância com a Teoria Realista de Morgenthau, pois estavam utilizando a política de prestígio.

Quando os EUA e a ex-URSS impediram a ONU de atuar de forma independente e garantir o direito de autodeterminação do povo angolano, assim como quando os pequenos movimentos que surgiram após 25 de abril de 1975 foram descartados do processo de transição, verificamos concordância com a Teoria Realista de Morgenthau, pois a decisão dos estadistas não é influenciada por preocupação com motivos ou preferências ideológicas, e o poder é mais importante do que as considerações éticas.

Nesse contexto, concluímos que a atuação dos EUA e da ex-URSS, durante o processo de descolonização da Angola, no período de 1974 a 1976, estava em concordância com a Teoria Realista de Morgenthau, respondendo de maneira afirmativa a pergunta formulada na introdução e também confirmando a hipótese adotada.

Diante disso, espera-se que este trabalho possa contribuir para um melhor entendimento do relacionamento entre os Estados dentro do SI e as análises realizadas tenham atingido o propósito de obter conhecimentos importantes que poderão servir para decisões em acontecimentos futuros.

Por fim, sugere-se, como futuras linhas de pesquisa, o interesse e atuação das grandes potências em Angola com ênfase em outro período da história, levando-se em conta que a guerra civil teve outros desdobramentos e só teve seu fim no ano de 2002, ou o interesse de outros atores do SI no processo de descolonização da Angola.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, José. **O Segredo do 25 de Novembro**. Edição: Francisco Lyon de Castro, 1981.
- BOTELHO, Américo. **Holocausto em Angola. Memórias de entre o cárcere e o cemitério**. Lisboa: Editos Assírio Bacelar, 2008.
- CASTRO, Antônio. **África, com ênfase em Angola e América do Sul**, 1990.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012. 580 p. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf>. Acesso em: 03 maio 2018.
- CUNHA, Silva. **O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril**. Coimbra: Atlântida Editora, 1977.
- ESTEVES, Maria. **O papel de Portugal no processo de transição para a independência de Angola**. 106 p. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2016.
- FONSECA, José. **O Livro Negro do 25 de Abril**. Lisboa: Edições Fernando Pereira, 1983.
- HENDERSON, Lawrence. **Angola: five centuries of conflict**. London: Cornell University, 1979, 272p.
- MARTINS, Manuel. **A Descolonização Portuguesa: as responsabilidades**. Braga: Livraria Cruz, 1986.
- MARQUES, Alexandra. **Segredos da descolonização de Angola**. Dom Quixote, 2013. 565 p.
- MOORCRAFT, Paul. **Áfrican Nemesis**. London: Brassey's, 1990. 519p.
- MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. 6ª ed. São Paulo: UnB, 2003. 1093p.
- NEACSU, Mihaela. **Hans J. Morgenthau's Theory of International Relations**. London: PalgraveMacmillan, 2010.
- NYE JR, Joseph. **Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à teoria e à história**. Col. Trajectos. Lisboa, Gradiva, 2002.
- OLIVEIRA, Mário. **A Descolonização Portuguesa: aproximação a um estudo**, IVolume. Lisboa: Instituto democracia e liberdade, 1979.
- ONU, **“Carta das Nações Unidas”**, 1945. Disponível em: <www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/normativa.../Sistema_ONU/SU.pdf>. Acesso em: 14 maio 2018.

_____. **“Declaração sobre a Concessão de Independências aos Estados e povos coloniais”**, 1960. Disponível em: <www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/normativa.../Sistema_ONU/SU.pdf>. Acesso em: 14 maio 2018.

PECEQUILO, Cristina. **Política Internacional**. 2 ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012. 354 p.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2011. 245p.

SÁ, Thiago. **Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola**. Portugal: Dom Quixote, 2011. 285p.

SANTOS, Valdez. **Liquidação do Ultramar**. Lisboa: Antônio da Cruz Rodrigues. 2002.

SILVA, A. E. Duarte. **O litígio entre Portugal e a ONU**. 1995. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379275O6tBL0an1Az23CC9.pdf>>. Acesso em: 2jun. 2018.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Editora Del Rey, 2010.

ANEXO A



FIGURA 1 – Passagem Índico-Atlântico

Fonte: Wikimedia Commons. Disponível em

<<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=7121081>>. Acesso em 15 jun. 2018.

ANEXO B

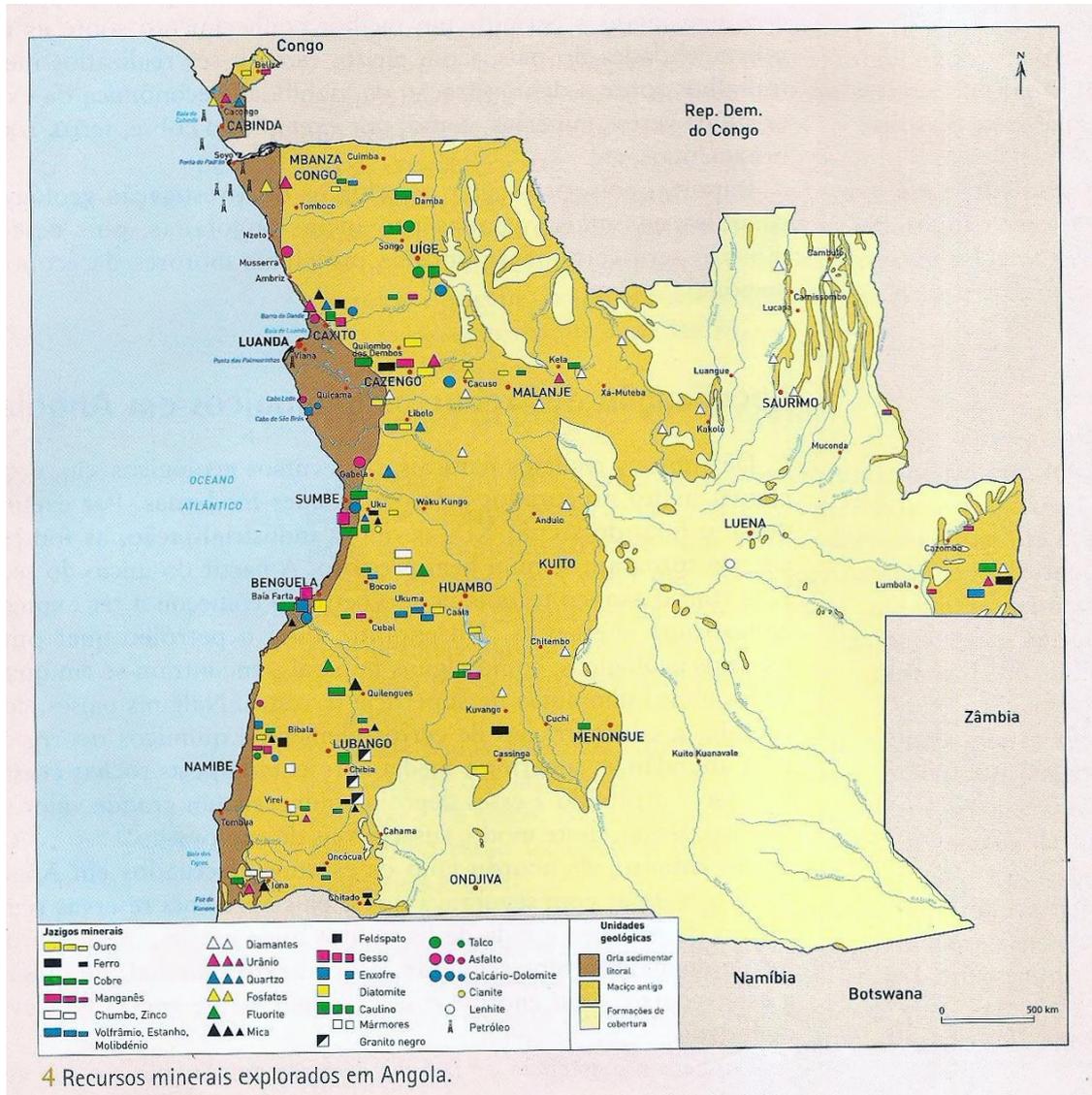


FIGURA 2 – Recursos minerais em Angola

Fonte: Sitio Geologia. Disponível em

<<http://ciencias-geologia.blogspot.com/2013/05/mapa-de-recursos-geologicos-de-angola.html>>. Acesso em 10 jun. 2018.

ANEXO C

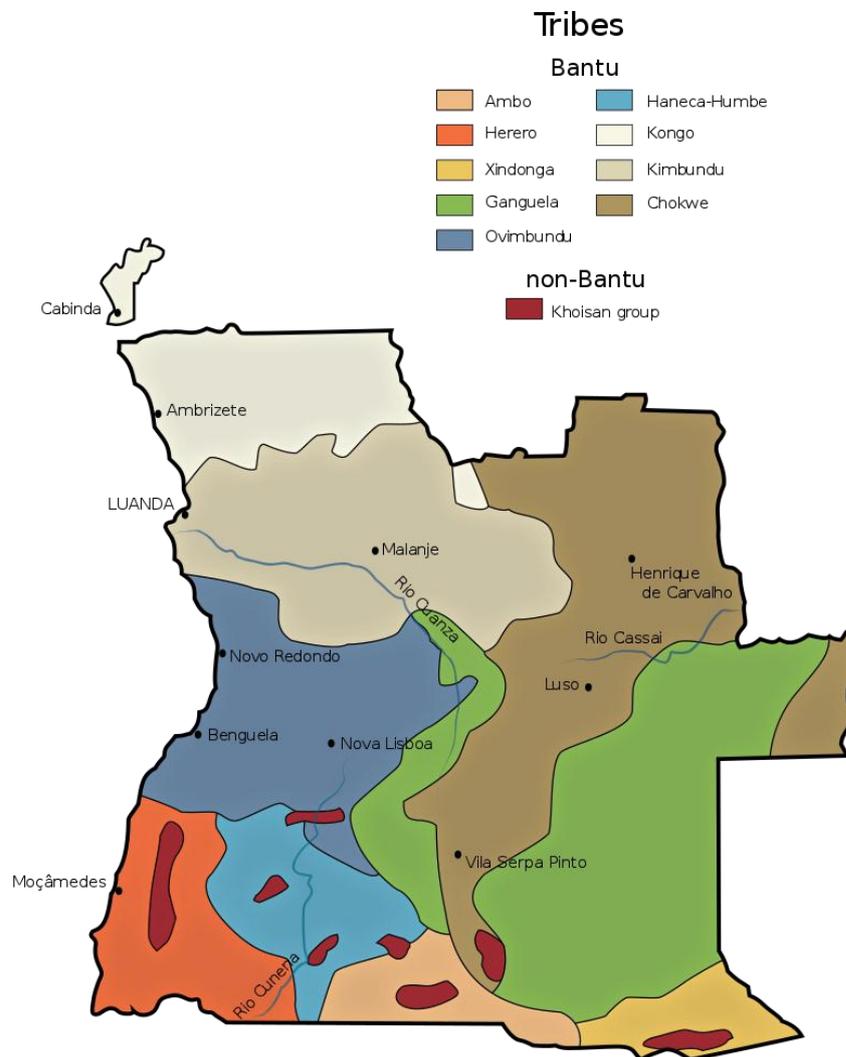


FIGURA 3 – Etnias em Angola

Fonte: Sítio Geologia. Disponível em

<<http://ciencias-geologia.blogspot.com/2013/05/mapa-de-recursos-geologicos-de-angola.html>>. Acesso em 10 jun. 2018.